

Senado facilita apuração do crime de "colarinho branco"

Projeto que vai à sanção reduz pena para co-autor que colaborar com investigação. Aprovada também proposta que autoriza governo a usar estoques de alimentos no combate à fome



O senador Hugo Napoleão discursa na sessão que aprovou a medida provisória do Real

Aprovação do Real abre o caminho para desindexação

A aprovação pelo Congresso da medida provisória que instituiu o Plano Real, ocorrida ontem à tarde, foi importante e permitirá ao governo maior tranquilidade para cuidar das próximas etapas de gerenciamento da economia, segundo afirmou o presidente do Congresso, José Sarney, logo após o encerramento da sessão de votação.

Sarney assegurou que envidará esforços para que não se repita, na votação da medida provisória já anunciada pelo governo, promovendo a desindexação da economia, a demora ocorrida

com a tramitação da MP do Real, aprovada às vésperas de comemorar o primeiro aniversário.

O Congresso votou a MP, que na última reedição teve o nº 1027, nos termos de projeto lei de conversão apresentado pelo relator da matéria, senador José Fogaca (PMDB-RS). O projeto será encaminhado à sanção.

Na fase de discussão, manifestaram-se a favor da proposição os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Geraldo Melo (PSDB-RN), enquanto o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em nome de seu partido, declarou-se contra.

NESTA EDIÇÃO

**Em debate,
a emenda das
telecomunicações**

Página 3

**Aprovado
parecer de Darcy
sobre a LDB**

Página 3

**Secretários
querem manter
salário-educação**

Página 4

O Senado aprovou ontem projeto de lei que autoriza a redução da pena, de um terço até dois terços, de co-autor ou participante de crime contra a ordem tributária, econômica ou contra os consumidores, desde que ele espontaneamente informe à polícia ou ao juiz todo o plano do crime. O projeto agora irá à sanção do presidente da República.

Para o senador Jefferson Peres (PSDB-AM), relator da proposta, a mudança é oportuna, pois os crimes tributários ou contra a ordem econômica ("colarinho branco") têm sua investigação dificultada, por envolver assuntos complexos.

Os senadores aprovaram ainda projeto, também já votado pela Câmara e que irá à sanção presidencial, autorizando o governo a doar estoques públicos de alimentos, em programa de combate à miséria. Com isso, a distribuição de alimentos passíveis de deterioração poderá ser feita com rapidez, evitando o apodrecimento das mercadorias.

O relator do projeto, senador Edison Lobão (PFL-MA), argumentou que, além de evitar desperdícios, agora será possível ao governo liberar alimentos estocados em armazéns particulares para que recebam a grande safra colhida neste ano. Foi rejeitada emenda apresentada em plenário pelo senador Eduardo Suplicy, que pretendia impedir a distribuição de alimentos nos quatro meses que antecedem eleições.

Adiada votação de projeto que muda mineração

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura adiou ontem a votação de projeto que altera o Código de Mineração do país em virtude de pedidos de vista formulados pelos senadores Romero Jucá (PFL-RR), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Mauro Miranda (PMDB-GO).

De iniciativa do Executivo, o projeto objetiva desburocratizar o acesso aos recursos minerais do subsolo brasileiro. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Fernando Bezerra (PMDB-RN).

Na reunião de ontem, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), a comissão rejeitou projeto de lei da Câmara que institui normas gerais para prevenção do assoreamento dos reservatórios criados pelo barramento dos cursos d'água.

Também foi rejeitado projeto de lei oriundo da Câmara que disciplina o exercício da profissão de carregador de bagagens nos aeroportos. Os dois projetos foram relatados pelo senador Freitas Neto (PFL-PI).

TSE apresenta anteprojeto para moralizar campanhas eleitorais

Presidente do tribunal entrega a Sarney proposta que controla o financiamento a candidaturas, para acabar com as fraudes

Um anteprojeto de lei complementar estabelecendo medidas de controle do financiamento das campanhas eleitorais, visando acabar com as fraudes, foi apresentado ontem ao presidente do Senado, José Sarney, pelo ministro Carlos Mário Velloso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, juntamente com uma sugestão de novo Código Eleitoral.

Sarney agradeceu ao ministro a grande contribuição trazida ao processo legislativo pelas duas propostas, elaboradas por comissão especialmente constituída pelo TSE, e comprometeu-se com Velloso a empenhar-se junto às lideranças, na condição de presidente do Congresso, para que a proposição sobre financiamento de campanhas possa ser votada ainda no segundo semestre deste ano.

Câmara realiza sessão em homenagem ao Congresso

Lembrando a luta em 1988 pela autonomia política e financeira do Distrito Federal, o senador Odacir Soares (PFL-RO) associou-se às manifestações dos deputados distritais, durante sessão solene em homenagem ao Congresso, realizada na manhã de ontem, no plenário do Senado. Odacir defendeu a autonomia financeira e judiciária que, segundo ele, ainda falta ao DF.

O autor do requerimento da sessão de homenagem, deputado distrital Marcos Arruda, lembrou que a luta do povo do



Odacir na sessão em homenagem ao Congresso

DF por autonomia política foi, em grande parte, travada no Congresso Nacional. Arruda disse que o Congresso foi, por muitas vezes, um centro de resistência democrática e citou momentos importantes como a reconstrução da democracia em 1946 e a eleição de Tancredo Neves em 1988.

Agenda do Dia

Presidente
José Sarney

10h - Preside reunião da Comissão Diretora.
14h30 - Preside Sessão Ordinária do Senado Federal.

PLENÁRIO
14h30 - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: Diversas matérias, destacando-se a Proposta de Emenda à Constituição nº 36/95, que flexibiliza o monopólio das telecomunicações (terceira sessão ordinária de discussão em primeiro turno).

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *Mensagens nºs 213 e 222/95, submetendo à apreciação do Senado Federal a escolha dos diplomatas Sergio de Souza Fontes e Marcio Paulo de Oliveira Dias, para exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto à Jamaica e Paraguai, respectivamente; e *PLC nº 194/93 (apreciação da emenda em plenário apresentada ao projeto), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação de diretores ou representantes brasileiros em organismo multilateral. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - CPI da Mineração

Pauta: Reunião destinada a ouvir o depoimento do Presidente da Companhia Vale do Rio Doce, Francisco José Schettino. Local: Sala 02 - Ala senador Nilo Coelho.

11h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLC nº 151/92 (não terminativo), que dispõe sobre a extinção da contribuição sindical; *PDL nº 78/92 (não terminativo), que destina o produto da alienação de imóveis da Previdência Social à construção, reforma ou instalação de centros ou postos de saúde; e *PLC nº 6/94 (não terminativo), que estabelece fórmula de atualização dos tipos especiais de remuneração trabalhista baseados na média de valores recebidos em meses anteriores ao do pagamento. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação do parecer do senador Darcy Ribeiro sobre as emendas apresentadas em plenário ao PLC nº 101/93 (LDB). Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial do Vale do São Francisco.

Pauta: Entrega do relatório parcial da comissão. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Especial do Regimento Interno.

Pauta: Apreciação de emendas apresentadas em plenário. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Requião contesta o Correio

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) negou ontem ter feito as declarações publicadas pelo jornal *Correio Braziliense* sobre as propostas de aumento das verbas dos senadores, apresentadas pelo senador Júlio Campos (PFL-MT).

Requião afirmou ter dito ao jornalista Alexandre Botão que cabe ao Senado viabilizar o trabalho dos seus parlamentares e que apoiaria uma proposta nesse sentido. O senador solicitou à Mesa o envio da transcrição integral de seu repúdio ao editor do jornal.



O debate sobre a emenda das telecomunicações começou na Comissão de Constituição e Justiça



Ademir Andrade

Ademir destaca encontro de vereadores

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) destacou ontem o I Encontro dos Vereadores do Brasil, que está acontecendo em Brasília, com a presença de 144 vereadores do Pará e 17 deputados federais.

Segundo Andrade, os vereadores estão discutindo temas importantes para o fortalecimento dos municípios.

Os vereadores, de acordo com o senador, trouxeram moções de repúdio à privatização da Companhia Vale do Rio Doce e à proposta de privatização do ensino.

Ademir Andrade informou ainda que os vereadores aprovaram moção contra a adoção do "mandato tampão" e a prorrogação de mandatos.

Senado debate rumos das telecomunicações

Discussões em plenário e na Comissão de Justiça, com presença de ministro, antecedem a votação, que está prevista para segunda-feira

O Senado aprofundou ontem o debate sobre a proposta de emenda constitucional que flexibiliza o monopólio estatal das telecomunicações. As discussões começaram pela manhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a presença do ministro das Comunicações, Sérgio Motta.

No plenário, os senadores dedicaram parte da sessão de ontem à tarde ao debate da proposta. A matéria permanecerá na ordem do dia, para discussão, até segunda-feira, quando estará pronta para ser votada pelo plenário.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) considera a proposta enviada pelo governo melhor do que a que resultou das emendas feitas na Câmara dos deputados.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Eduardo Dutra (PT-SE) criticaram a impossibilidade de debater o assunto devido à esmagadora maioria do governo no Senado. Também manifestou-se contra a emenda o senador Lauro Campos (PT-DF).

A mesma crítica, de impos-

sibilidade de debate, foi feita pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP). O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), que foi presidente da Telebrás, disse que a empresa tornou-se pesada e não resiste mais ao vento dos tempos modernos.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, reafirmou que a aprovação da proposta de emenda constitucional é condição essencial para o desenvolvimento desse segmento.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO), presidente da Comissão de Justiça, ressaltou que o comparecimento do ministro Sérgio Motta era o cumprimento de um compromisso assumido naquele órgão pelo senador Elcio Álvares (PFL-ES), líder do governo no Senado.

Rezende lamentou não haver a possibilidade de marcar um novo encontro com o ministro, para que o debate pudesse ser aprofundado, porque não há mais datas disponíveis para reuniões antes do recesso do Congresso.

Aprovado parecer sobre LDB

A comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem parecer do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) incorporando 30 das 57 emendas oferecidas em plenário ao substitutivo apresentado ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

A aprovação ocorreu após intensas discussões na comissão, e com a ressalva expres-

sa de que a matéria deverá ser debatida ainda na Comissão de Educação e vai assegurar ampla possibilidade de apresentação de emendas modificativas ao texto, tanto ao nível da comissão de mérito quanto em plenário. A matéria será debatida hoje na Comissão de Educação, e em agosto poderá ser levada à deliberação do plenário do Senado.



Sarney concorda com secretários sobre manutenção do salário-educação

Secretários fazem apelo em favor do salário-educação

Representantes de todo o país alertam que verbas recebidas pelos estados só são suficientes para manter as escolas públicas

Secretários de Educação de todo o país estiveram ontem reunidos com o presidente do Senado, José Sarney, alertando para as dificuldades que o setor enfrentará, caso seja aprovada a proposta de emenda constitucional que extingue o salário-educação.

O senador Sarney afirmou que não vê justificativa para acabar com o benefício, e asse-

gurou aos secretários que vai acompanhar de perto o assunto.

A representante de Minas Gerais, Ana Luiza Pinheiro, que é também presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, destacou a importância da manutenção do salário-educação, afirmando que através desse recurso é que se faz a melhoria da quali-

dade do ensino, uma vez que as verbas recebidas pelo estado são suficientes apenas para a manutenção das escolas da rede pública.

O ex-ministro da Educação e chefe de Gabinete da presidência do Senado, Carlos Santana, confirmou que foi através do salário-educação que as escolas expandiram, em sua gestão.

Carlos Bezerra: Visita de FHC a Cuiabá pode viabilizar projetos

A unidade de governadores e políticos de todos os estados do Centro-Oeste na defesa de um programa de desenvolvimento, segundo o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), poderá fazer com que vários projetos sejam viabilizados na visita que o presidente Fernando Henrique Car-



Carlos Bezerra

doso fará a Cuiabá em setembro. Para Carlos Bezerra, todos os políticos do Centro-Oeste devem prestigiar a visita presidencial.

Carlos Bezerra informou que o senador José Roberto Arruda (PP-DF) obteve de Enrique Iglesias, presidente do BID, a garantia de que o banco está disposto a financiar proje-

tos no Centro-Oeste, e que o presidente Fernando Henrique pediu urgência na apresentação das propostas, para que possa assiná-las em setembro.

O parlamentar obteve o apoio dos senadores Júlio Campos (PFL-MT), Ramez Tebet (PMDB-MS), Levy Dias (PPR-MS), Valmir Campelo (PTB-DF), Lúdio Coelho (PSDB-MS) e Mauro Miranda (PMDB-GO).

Tom Jobim pode dar nome ao Galeão

Projeto de lei apresentado ontem pelo senador Júlio Campos (PFL-MT) determina que o Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro, será denominado Aeroporto Internacional Tom Jobim.

Representante mato-grossense, Júlio Campos justificou a sua iniciativa com o argumento de que Tom Jobim, pelo alcance mundial que deu à imagem do país com sua música, "não deve ser homenageado apenas pelos cariocas". Os senadores Odacir Soares (PFL-RO) e Antonio Carlos Valadares (PP-SE), pelas mesmas razões, manifestaram seu apoio ao projeto.

Proposta de Lucena ajuda taxistas

A criação de uma linha especial de crédito para aquisição de veículos por taxistas e micro e pequenos empresários é o que estabelece projeto apresentado ontem pelo senador Humberto Lucena (PMDB-PB). A proposta prevê a destinação de R\$ 1 bilhão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para atender a esses financiamentos.

O projeto determina que os empréstimos serão concedidos através da Caixa Econômica Federal (CEF) e poderão ser amortizados em até 36 meses.



Lucena

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Cêlio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.